


**O pensamento de Antonio Gramsci  
e as pesquisas sobre políticas educacionais**

**Gramsci's thinking and the research  
about education policies**

**El pensamiento de Antonio Gramsci  
y las investigaciones sobre políticas educativas**

Simone de Fátima Flach\*

 <https://orcid.org/0000-0002-9445-0111>

**Resumo:** Sob a luz do materialismo histórico e dialético, este texto tem por finalidade apresentar reflexão acerca das contribuições do pensamento de Antonio Gramsci para a análise de políticas educacionais. Para tanto, faz-se uma incursão nos escritos gramscianos de modo a evidenciar sua preocupação com a compreensão da realidade e a necessidade de sua transformação com vistas a alterar universalmente o modo de vida dos homens. Indicam-se alguns pressupostos essenciais que pesquisadores precisam considerar ao operar com o pensamento de Gramsci sem que se tornem amarras metodológicas. Por fim, reafirma-se a atualidade de seus escritos.

**Palavras-chave:** Antonio Gramsci. Análise de políticas. Políticas educacionais.

**Abstract:** In the light of the historical and dialectical materialism, this text aims to reflect on the contributions of Antonio Gramsci's thinking to the analysis of education policies. To this end, an incursion into the Gramscian writings in order to highlight his concern with the understanding of reality and the need for its transformation to universally change the way of life of men is made. Some essential assumptions that researchers need to consider when operating with Gramsci's thinking without becoming methodological bonds are indicated. Finally, the relevance of his writings is reaffirmed.

**Keywords:** Antonio Gramsci. Policy analysis. Education policies.

**Resumen:** Bajo la luz del materialismo histórico y dialéctico, este texto tiene por finalidad presentar reflexión sobre las contribuciones del pensamiento de Antonio Gramsci al análisis de políticas educativas. Para ello, se hace una incursión en las escrituras Gramscianos para evidenciar su preocupación por la comprensión de la realidad y la necesidad de su transformación con miras a alterar universalmente la forma de vida de los hombres. Se indican algunos supuestos esenciales que los investigadores deben tener en cuenta al operar con el pensamiento de Gramsci sin que se conviertan en ataduras metodológicas. Por último, reafirma la actualidad de sus escrituras.

**Palabras clave:** Antonio Gramsci. Análisis de Políticas. Políticas Educativas.

---

\* Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil – Programa de Pós-Graduação em Educação. Co-diretora da Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa – Relepe. E-mail: <eflach@uol.com.br>.

## Introdução

[...] não se pode ser filósofo — isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente — sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções.  
Antonio Gramsci (2004, p. 95).

A epígrafe que abre a presente exposição, escrita no período da prisão de Antonio Gramsci<sup>1</sup>, colabora na reflexão acerca da importância de entender o mundo e as relações que nele ocorrem como expressões das contradições da realidade; em outras palavras, que não há ações ou fatos eivados de neutralidade, visto que as concepções, mesmo que antagônicas, convivem e influenciam para a que a realidade seja como é. Decifrar essa realidade caótica é tarefa do pesquisador, pois, ao confrontar a própria concepção de mundo com outras existentes, eleva sua capacidade de análise crítica sobre a realidade e, conseqüentemente, pode auxiliar em ações que a modifiquem.

A transformação da realidade com vistas à justiça social, à igualdade, à liberdade e, também, à conquista da democracia plena é o compromisso fundante de pesquisadores que atuam no campo do materialismo histórico e dialético, pois, como já alertou Marx (2001, p. 103, grifo do autor), não basta interpretar o mundo, “do que se trata é *transformá-lo*”. O que o grande cânone da filosofia da práxis alertou é que se torna imprescindível a superação da perspectiva idealista, em que interpretação da realidade se efetiva no campo das ideias, colocando-a na materialidade concreta.

É importante destacar que Gramsci (2004) teceu críticas sobre o pensamento existente em sua época, o qual, prioritariamente, mas não de forma exclusiva, vinculava a análise da realidade às premissas das Ciências Naturais. Na perspectiva positivista criticada por Gramsci, o intuito era, a partir de processos evolutivos, prever o futuro da sociedade, visto que esta atendia aos princípios já validados. Sobre essa questão, Gramsci (2004, p. 121, grifo do autor) alertou que “[...] as *Teses sobre Feuerbach* já haviam criticado antecipadamente esta concepção simplista”, pois é “[...] possível prever ‘cientificamente’ apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento” (GRAMSCI, 2004, p. 121).

Nesse sentido, o pensador pôs em evidência o movimento dialético e contraditório dos acontecimentos sociais e políticos da época, demonstrando que os homens são sujeitos da sua própria história tal qual expresso por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* quando observou que “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, s/d, p. 203).

Na esteira desse pensamento, e para além da análise mais ampla sobre as relações sociais de produção que orientam a vida na sociedade capitalista, este texto objetiva apresentar reflexão acerca das contribuições do pensamento de Antonio Gramsci para a análise de políticas educacionais na atualidade. Desse modo, o texto tem o compromisso de demonstrar a atualidade

---

<sup>1</sup> Antonio Gramsci, pensador italiano do início do século XX, viveu como ninguém as agruras do regime fascista na Itália em razão de seu posicionamento social e político. Foi preso em 1926 permanecendo no cárcere até o ano de 1934, período em que produziu um conjunto de textos sobre variados temas. Ao escrever os textos que compõem os Cadernos do Cárcere, Antonio Gramsci ofereceu importante contribuição para o campo das ciências sociais, pois desvelou com profundidade inigualável a ação dos intelectuais nas relações sociais e produtivas para a constituição do Estado Moderno, ofereceu importante reflexão sobre a ideologia, além de fazer sérias críticas literárias. Seu pensamento continua atual e auxilia na compreensão sobre as políticas educacionais em curso no século XXI, visto que tece considerações sobre a importância da educação (escolar e não escolar) para a formação intelectual e política da classe trabalhadora.

das reflexões do pensador sardo, as quais contribuem para a compreensão da organização social pautada na lógica capitalista e das políticas educacionais dela decorrentes.

Para tanto, o texto faz uma incursão em escritos gramscianos de modo a evidenciar sua preocupação com a compreensão da realidade e a necessidade de transformá-la com vistas a alterar universalmente o modo de vida dos homens: a instauração de um modo de vida pautado na liberdade e na igualdade (real e não apenas formal) entre os seres humanos. Este artigo apresenta, também, alguns pressupostos essenciais a serem considerados por pesquisadores que operam com o pensamento gramsciano, sem que estes se tornem amarras metodológicas e indica, ao final, a atualidade e a necessidade de estudos sobre o pensamento de Antonio Gramsci para uma análise radical sobre as relações explícitas e implícitas que orientam a formulação, a implementação e a avaliação de políticas educacionais.

### **A compreensão da realidade e o desenvolvimento de pesquisas sob a luz da teoria gramsciana**

*Acontece sempre assim: para que um fato nos interesse, nos comova, torne-se uma parte da nossa vida interior, é necessário que aconteça próximo a nós, próximo a pessoas das quais ouvimos falar frequentemente e que estão, por isso, no contexto da nossa humanidade.*  
Antonio Gramsci (2015, p. 193).

O pequeno trecho do texto de Antonio Gramsci, publicado pela primeira vez em 1916, intitulado “*Armênia*”, no qual o pensador sardo reflete sobre a realidade do povo armênio<sup>2</sup>, que sofria (e ainda sofre) em razão do desconhecimento de suas condições de existência, de sua cultura e de sua história, ressalta a necessidade de que a realidade daquele povo pudesse se tornar consciência viva naqueles que a desconheciam e, portanto, não a sentiam. Somente com a percepção dos determinantes que resultaram nas condições de vida material e espiritual do povo armênio seria possível analisar e compreender a realidade vivida. Nesse sentido, denota-se que o autor chama atenção para a importância de tomar a realidade “para si” e não apenas conhecê-la “em si”; desse modo, não basta que determinado fenômeno seja real apenas porque existe, sua existência precisa ser compreendida amplamente e de forma consciente como expressão da humanidade. Isso quer dizer que, para compreender a realidade, é preciso ir além da aparência dos fenômenos, apreendendo-os em suas múltiplas determinações (mesmo que não seja possível esgotá-las) para, e só então, ter uma visão do todo, aproximando a consciência da realidade tal qual ela é. A realidade, nessa perspectiva, é desvelada ao expressar sua radicalidade.

O que Gramsci demonstra é que, para um determinado fenômeno ser compreendido, precisa fazer parte da vida dos indivíduos, e não apenas ser observado de maneira distante e neutra (e essa questão faz toda a diferença quando se analisa determinados fenômenos sociais, em especial as políticas educacionais). Por isso, a compreensão da realidade empírica sob a luz dos pressupostos do materialismo histórico e dialético assume importância fundamental para a interpretação da realidade que tenha o compromisso com a sua transformação.

Diferentemente de perspectivas que analisam a realidade apenas pela aparência ou como criação espiritual, sem considerar os determinantes que a influenciam e que colaboram para que

---

<sup>2</sup> É importante destacar que, em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial, teve início um processo genocida, em que milhares de armênios foram presos e executados, suas mulheres violentadas, crianças e idosos largados à própria sorte pelo governo turco (aliado do governo alemão), sob a justificativa de conspiração e apoio à Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia). Estima-se que, no período entre 1915 e 1918, foram mortos, aproximadamente, 1,5 milhão de armênios (VEREDITO..., 2011).

seja da forma como é, a perspectiva materialista histórica e dialética, ao ser radical, explicita o máximo de determinações que contribuem para sua compreensão, de forma que os pontos de partida e de chegada sejam a realidade. No entanto, a realidade inicial não é àquela que se chega após a investigação, pois, ao final, a realidade, ao ser desvelada, apresenta-se em totalidade, mostrando suas contradições e as relações sob as quais se assentam o modo como é. Dessa forma, a realidade passa a ser vista e entendida como resultado de inúmeras determinações, as quais não estão explícitas ao simples observador ou ao pesquisador no processo inicial de pesquisa. Por isso, apreender a realidade não é tarefa simples, que possa ser realizada sem um compromisso teórico e prático radical, que tenha o compromisso em fazer emergir o máximo de determinações que a influenciam, sem qualquer subterfúgio que possa impedir sua interpretação.

A esse respeito, Gramsci assim se posicionou:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente). (GRAMSCI, 2004, p. 101, grifos do autor).

Por isso, a realidade é tomada pelo pesquisador desde a sua mais tênue compreensão. A partir do senso comum sobre determinado fato, desvelam-se os múltiplos determinantes para a realização de uma crítica radical que exponha todos os determinantes existentes, sejam explícitos ou implícitos. Assim, qualquer ação pautada nessa perspectiva está vinculada à “[...] justa análise das forças que atuam na história de um determinado período [...]”, de forma a “[...] determinar as relações entre elas” (GRAMSCI, 2007a, p. 36), visto que não basta ter uma teoria para interpretar a realidade, mas ter uma sólida concepção de mundo com vistas à sua transformação.

Por isso, operar com o materialismo histórico e dialético na perspectiva gramsciana vai além de uma simples investigação sem que esta se torne a própria vida do pesquisador. Operar nessa perspectiva requer o envolvimento profundo do pesquisador com o objeto investigado, com os resultados obtidos e com a utilização de tais resultados para alterar a realidade pré-existente. No entanto, esse profundo envolvimento do pesquisador com a realidade pré-existente exige uma compreensão crítica de si mesmo, a qual, segundo Gramsci (2004, p. 103), só é obtida por meio de “[...] uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real [...]”, pois a consciência de “[...] fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 2004, p. 103).

Nesse sentido, “[...] para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz essa separação, cai-se numa das muitas formas de religião ou de abstração sem sentido” (GRAMSCI, 2004, p. 175). A compreensão da realidade exige, portanto, sua apropriação pelos sujeitos envolvidos, visto que não é possível isolar fatos ou acontecimentos, pois estes estão interligados com seus condicionantes internos e externos, não podendo ser idealmente elaborado e pensado. A chegada ao final da análise não ocorre com base em premissas pré-estabelecidas, mas representa um todo único, que não separa teoria da prática e se constrói ao longo da análise. Só assim é possível indicar possibilidades de transformação.

Nessa perspectiva, a crença de que “[...] se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outra investigação ao

qual estava relacionado, é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência” (GRAMSCI, 2004, p. 122-123). Desse modo, segundo o autor,

[...] pode-se dizer que não é cientista quem demonstre escassa segurança em seus critérios particulares, quem não tenha uma plena inteligência dos conceitos utilizados, quem tenha escassa informação e conhecimento do estágio precedente dos problemas tratados, quem não seja muito cauteloso em suas afirmações, quem não progrida de uma maneira necessária, mas sim arbitrária e sem concatenação, quem não saiba levar em conta as lacunas que existem nos conhecimentos já atingidos, mas as ignore e se contente com soluções ou nexos puramente verbais, ao invés de declarar que se trata de posições provisórias que poderão ser retomadas e desenvolvidas, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 122-123).

Assim, a pesquisa sob a perspectiva apontada não é mera abstração da realidade, mas movimento dialético que envolve o real e o sujeito pesquisador, suas determinações mais amplas e, também, as mais específicas, visto que a totalidade se apreende a partir desse processo. Por isso, operar com o pensamento gramsciano requer rigor científico no trato com a realidade pesquisada, a qual precisa estar profundamente articulada com o conjunto e não apenas com parcela fragmentada dos escritos do pensador sardo. Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras de Germino (2003, p. 127) quando alerta que: “A interpretação envolve a compreensão, a apresentação do sentido de um corpo de textos, e o sentido só pode ser apreendido relacionando as partes ao todo e permitindo a iluminação de uma parte pela outra”.

Em se tratando dos escritos de Antonio Gramsci, essa tarefa pode ser bastante árdua, principalmente em razão de que não há, ainda, publicação acessível de todos os seus textos em todo o mundo. No Brasil, há parte significativa já publicada e um esforço de estudiosos de seu pensamento em traduções inéditas, mas o conjunto de seus escritos ainda não se encontra disponível totalmente. Todavia, o pesquisador trabalha com os escritos disponíveis, estudando-os e relacionando-os com o contexto histórico-social e político em que foram escritos, para só então realizar as inflexões necessárias com o contexto pesquisado. Não é possível transpor o pensamento gramsciano, escrito na Itália fascista dos anos iniciais do século XX, para o contexto atual, sem as devidas inferências necessárias e adequações para o contexto em análise.

Em razão dessas questões, as reflexões de Gramsci sobre a importância do estudo para os filhos dos trabalhadores servem para exemplificar a necessidade de organização e disciplina no estudo de seus textos, para que estes possam auxiliar na interpretação da realidade e, conseqüentemente, na realização de pesquisas: “Deve-se convencer muita gente de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento” (GRAMSCI, 2006, p. 51). Dessa forma, a compreensão da realidade também requer muito trabalho, visto que

[...] a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. (GRAMSCI, 2004, p. 103-104).

Nesse sentido, a compreensão da realidade, na qual se inserem as pesquisas que versam sobre a formulação, a implementação e a avaliação de políticas educacionais, supera o senso comum e atinge um nível superior, pois o pesquisador tem o compromisso com a transformação do real, principalmente com o modo de vida da classe trabalhadora. No entanto, essa transformação não se dá de forma individual ou mecânica, mas por meio do desenvolvimento da consciência dos sujeitos envolvidos; de outro modo, do desenvolvimento de uma “[...] consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) [...], na qual teoria e prática

finalmente se unificam.” (GRAMSCI, 2004, p. 103). As pesquisas, portanto, têm duplo sentido: desvelar a realidade, de forma a contribuir com o desenvolvimento da consciência política dos indivíduos e, conseqüentemente, interferir no processo de transformação da realidade material. Em síntese,

[...] a filosofia da práxis não estuda uma máquina para conhecer e estabelecer a estrutura atômica do material, as propriedades físico-químico-mecânicas dos seus componentes naturais (objeto de estudo das ciências exatas e da tecnologia), mas enquanto e momento das forças materiais de produção, enquanto e objeto de propriedade de determinadas forças sociais, enquanto expressa uma relação social e esta corresponde a um determinado período histórico. (GRAMSCI, 2004, p. 160-161).

A perspectiva gramsciana supera a compreensão científica que tem, dentre seus fundamentos, as orientações das ciências naturais, pois, ao contribuir para a análise mais ampla da sociedade em seu processo de desenvolvimento histórico, considera as múltiplas relações envolvidas. Para Gramsci,

[...] isto significa que a lei ou o princípio que explica o desenvolvimento da sociedade não pode ser uma lei física, já que nunca na física se sai da esfera da quantidade, a não ser por metáfora. Todavia, na filosofia da práxis, a qualidade esta sempre ligada à quantidade; aliás, talvez resida nessa ligação a sua parte mais original e fecunda. (GRAMSCI, 2004, p. 164).

Desse modo, o desenvolvimento de pesquisas sob a luz da teoria gramsciana pressupõe a compreensão da realidade, mas esta não ocorre de forma imediata ou sem um esforço intelectual do pesquisador. Esse esforço intelectual requer clareza teórica que expresse uma visão de mundo coerente, que compreenda as contradições da realidade e que, a partir dessas questões, tenha o compromisso com a transformação radical das condições em que vivem os indivíduos. Sem esse esforço, a realização de pesquisas pode estar fadada às prateleiras das bibliotecas, ao círculo fechado de discussões idealistas que cumprem apenas um objetivo formal, sem a devida intervenção social.

Na tentativa de explicitar esse compromisso em desvelar a realidade e interferir no processo de sua transformação, a seguir, expõem-se alguns pressupostos, identificados nos escritos de Antonio Gramsci, considerados como essenciais para uma análise comprometida sobre políticas educacionais.

### **Pressupostos essenciais da teoria gramsciana para a análise de políticas educacionais**

*O trabalho de investigação não pode deixar de ser complexo e delicado: requer muita fineza e sobriedade intelectual. Porque é muito fácil se deixar levar pelas semelhanças exteriores e não ver as semelhanças ocultas e os nexos necessários, mas camuflados.*  
Antonio Gramsci (2007b, p. 33).

Não restam dúvidas de que a contribuição gramsciana para a análise da realidade e para a pesquisa sobre políticas educacionais é de grande valia, não apenas porque reitera o compromisso do pesquisador no desvelamento das contradições da realidade, mas também porque elabora reflexões e conceitos universais para o campo da ciência política, os quais são fundamentais para a compreensão dos embates sociais, políticos e econômicos que influenciam direta ou indiretamente as políticas educacionais.

Antonio Gramsci pode ser considerado um ícone para a elaboração conceitual de pressupostos imprescindíveis para a compreensão do movimento político em diferentes períodos históricos. Sua elaboração teórica ultrapassa o tempo histórico em que viveu, avança em relação à

elaboração teórica do campo do marxismo até então existente e a coloca na realidade vivida por meio de análises complexas a respeito das relações políticas que moviam a sociedade de sua época. Buey (2003, p. 27, grifo do autor) esclarece que Gramsci é, “[...] dentre todos os clássicos do marxismo, o que melhor chega até nós, em diferentes partes do mundo, o que tem mais coisas a nos dizer – isto se deve não apenas ao que ele disse e escreveu, mas também ao *modo como ele disse, à forma em que o disse*”. Dessa questão apontada por Buey (2003, p. 28), deriva outra que é o sentido das palavras utilizadas pelo pensador, pois o seu não entendimento claro pode culminar em “trivialização das palavras” e, conseqüentemente, “desonrar o conceito”. Nesse sentido, é preciso ter a clareza de que “[...] a forma que Gramsci dá ao seu discurso, a linguagem que inventa para interpretar Marx e pensar em continuidade com Marx, inovando, é, antes de mais nada, fundamentalmente *dialógica*” (BUEY, 2003, p. 29, grifo do autor), visto que, além de dialogar com os clássicos da tradição marxista, coteja seus ensinamentos com os contemporâneos mais próximos, tais como Bukarin, Trotski e Lenin, e, também consigo mesmo (com a realidade vivida, em especial as experiências vividas depois de 1917).

Del Roio (2005, p. 15) alerta que a obra do pensador sardo é “[...] sempre voltada para o debate, para a interlocução, para a polêmica [...]”, pois “[...] parte significativa de suas epístolas esteve canalizada para os objetivos de uma ação político-cultural”. Por isso, seus escritos revelam “[...] o perfil do ator político revolucionário, do ‘homem comunista’ almejado pela filosofia da práxis” (DEL ROIO, 2005, p. 15).

Em sua relação com a complexidade do real, Semeraro (2006) caracteriza Gramsci como um “mestre consumado da dialética”, um

[...] educador experimentado capaz de levar gradualmente o leitor a enxergar a complexidade do real, a reconhecer a multiplicidade das suas partes, suas contradições fundamentais, seus nexos mais profundos e os caminhos para a recomposição do mundo a um nível superior e mais avançado de compreensão e unidade. (SEMERARO, 2006, p. 21).

Em razão dessas questões, o pesquisador que se embrenha na pesquisa sob a luz dos ensinamentos de Antonio Gramsci também se envolve com a prática revolucionária, pois questiona a ordem estabelecida, a analisa e mostra todas as facetas possíveis da realidade caótica, de modo a desenvolver, coletivamente, a consciência necessária para o processo revolucionário, ou seja, para a transformação radical da realidade. Não há utilização do pensamento gramsciano sem que essa questão esteja posta de forma clara, podendo cair em idealismo sem sentido. O empenho teórico metodológico na perspectiva gramsciana assume a crítica radical das ideias e do desenvolvimento histórico e social e precisa descobrir “[...] a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade” (GRAMSCI, 2006, p. 206).

Tendo em vista essas questões e a fidelidade ao pensamento de Antonio Gramsci, alguns pressupostos podem ser considerados essenciais, mas não exclusivos, para a pesquisa no campo da política educacional e, em especial, para a análise de políticas e de propostas educacionais: a) investigação da realidade social e política em sua complexidade histórica; b) conhecimento e domínio de algumas categorias gramscianas; e c) compromisso com o processo revolucionário. A distinção desses pressupostos é meramente explicativa, pois, na prática, estão interligados e não são vividos em separado, mas fazem parte de um todo unitário que expressa concepção da

realidade, teoria e práxis revolucionária, ou seja, expressa determinado enfoque epistemológico<sup>3</sup> na pesquisa.

O primeiro pressuposto essencial para o pesquisador é a **investigação da realidade social e política em sua complexidade histórica**; desse modo, é preciso compreender as dinâmicas que regem a vida em sociedade, não havendo separação possível entre o conhecimento e a ação, pois “[...] a leitura dos fatos e a compreensão das coisas não são abstrações aleatórias e assépticas, mas derivam da trama sociopolítica na qual os indivíduos estão situados” (SEMERARO, 2006, p. 17). Assim, nas pesquisas que objetivam analisar políticas educacionais, torna-se imprescindível uma ligação profunda com os problemas do mundo vivido de forma que suas contradições sejam expostas e compreendidas com vistas à superação política dos problemas apresentados. O próprio pensador sardo alerta que não é possível ter uma concepção crítica coerente

[...] sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela esta em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e ‘originais’ em sua atualidade. (GRAMSCI, 2004, p. 95).

A compreensão da realidade torna-se, portanto, indispensável para qualquer tentativa de análise da complexidade que envolve as políticas educacionais. Por isso, aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos e, também, suas relações com a classe trabalhadora não podem ser desconsiderados em investigações com aporte na teoria gramsciana. O movimento que une a teoria com a realidade investigada e aponta para perspectivas transformadoras precisa ser constante, durante o processo investigativo.

Aí reside a perspectiva revolucionária do pesquisador, pois, ao conhecer profundamente a realidade que se investiga, a pesquisa também auxilia na construção de uma teoria de conhecimento. Construir uma teoria de conhecimento significa, nas palavras de Semeraro (2006, p. 18),

[...] “operar” de forma tal que o real possa se tornar inteligível às classes subalternas e que estas possam descobrir, com método apurado e “por conta própria”, os nexos existentes entre as coisas, as contradições entre a condição desumana em que vivem e os discursos encobridores do poder. A profunda ligação com os problemas reais do mundo, a descoberta das suas contradições e as tentativas de superá-las politicamente constituem a base sobre a qual os subalternos podem vir a construir a formação da própria subjetividade, adquirir uma outra inteligibilidade do real e se utilizar de “espírito crítico” que recuse qualquer princípio de autoridade, desconfie do que está dado e naturalizado e crie as condições para projetos alternativos de sociedade. (SEMERARO, 2006, p. 18).

A isso equivale dizer que o conhecimento da realidade pesquisada, a ligação do pesquisador com os problemas empíricos e o desvelamento de suas contradições, ao mesmo tempo que revelam a realidade tal qual ela é, também expressam a possibilidade de uma utopia. A utopia aqui entendida como aquela que “[...] serve, antes de mais nada, para nos fazer lembrar de olhar sempre para o alto, melhor: para o futuro do presente” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 644).

O segundo pressuposto indicado é o **conhecimento e o domínio de categorias** que auxiliam na pesquisa sobre políticas educacionais, os quais não devem ser utilizados de forma isolada, mas na relação dialética uns com os outros. No pensamento gramsciano, algumas categorias destacam-se: **Estado, hegemonia, relações de força e bloco histórico**, nas quais estão

---

<sup>3</sup> Segundo Mainardes (2018, p. 6), enfoque epistemológico “[...] é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa com base em determinada perspectiva epistemológica e posicionamento epistemológico”. Desse modo, “[...] o enfoque epistemológico está relacionado ao nível de coerência entre o referencial teórico, opções metodológicas, análises e conclusões” (MAINARDES, 2018, p. 6).



incluídas a função dos intelectuais e a necessidade de preparo intelectual e moral dos subalternos. É importante destacar que Gramsci, ao longo de sua produção teórica, reelaborou uma série de categorias oriundas do campo do marxismo, os quais atenderam a diferentes objetivos da realidade vivida pelo pensador: o contexto social e político italiano das primeiras décadas do século XX, o debate do autor com seus contemporâneos, o estudo minucioso sobre a história dos intelectuais italianos e, ainda, a repressão vivida nos anos de prisão<sup>4</sup>. Da mesma forma que, em seu pensamento, os conceitos reelaborados precisam ser entendidos na totalidade, visto que, ao longo de seus escritos pré-cárcere (1910-1926) e de suas anotações durante o cárcere (1926-1934), os conceitos foram rediscutidos e reelaborados de forma a incorporar novas reflexões. No que tange à análise da política, tais reelaborações tiveram o fito de melhor empregá-los à realidade passada e presente, para, então, indicar sua aplicabilidade no futuro da sociedade.

Não temos a pretensão de esgotar os conceitos gramscianos, visto que isso demandaria muito tempo e espaço, mas apenas indicar aqueles essenciais para serem empregados nas pesquisas relacionadas à política educacional. Assim sendo, sobre o conceito de Estado, Gramsci segue a tradição marxista já indicada pelos cânones da filosofia da práxis em *O manifesto do Partido Comunista*, ao reconhecer que a concepção de Estado está vinculada “[...] a uma função produtiva das classes sociais” (GRAMSCI, 2004, p. 427). Todavia, o autor avança e alerta que essa concepção “[...] não pode ser aplicada mecanicamente”, pois existem relações entre e inter classes que precisam ser consideradas, as quais expressam relações de força ocorridas no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, sob a influência dos intelectuais. Sobre essa questão, é importante destacar que, na concepção gramsciana, Estado é entendido de forma ampla, abarcando tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, conforme expresso em Carta datada de 7 de setembro de 1931:

Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. (GRAMSCI, 2005b, p. 84).

Portanto, ao operar com o conceito gramsciano de Estado, o pesquisador precisa considerar os dois planos superestruturais apontados por Gramsci: sociedade civil e sociedade política. Sobre “sociedade civil”, Gramsci esclarece ser “[...] o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (GRAMSCI, 2006, p. 20), enquanto que “sociedade política” pode ser entendida como aquele grupo que, sendo dominante, exerce “domínio direto” ou de “comando” e se materializa no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2006, p. 21). No entanto, a distinção entre sociedade civil e sociedade política é apenas didática, pois os dois planos superestruturais precisam ser entendidos como integrantes inseparáveis no conceito de Estado, visto que “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2007a, p. 244).

Por isso tudo, por Estado, “[...] deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2007a, p. 254); de outro modo, é a ação dos organismos privados que trabalham em prol de determinados pensamentos que validam e fundamentam determinadas ações, tais como: igrejas, sindicatos, escolas, grupos corporativos e econômicos, dentre outros. Tais organismos privados agem para a conquista da

<sup>4</sup> Antonio Gramsci foi preso pela polícia fascista italiana em 1926, permanecendo no cárcere até o ano de 1937 quando, já em liberdade, sofre um derrame cerebral e falece.

hegemonia (outro conceito primordial para operar com o pensamento gramsciano nas pesquisas educacionais).

Sobre o termo Hegemonia, Buttigieg (2003, p. 40-41) alerta que Gramsci o desenvolveu “[...] em conexão com seu tratamento dos temas e fenômenos cada vez mais diversos que ele se esforça por analisar, no seu campo de pesquisas sempre em expansão”. Nesse sentido, as discussões sobre hegemonia assim como outros termos desenvolvidos por Gramsci estão dispersos ao longo de seus textos em conexão com reflexões de variados temas. Por isso, “[...] para chegar a uma compreensão integral do conceito gramsciano de hegemonia, deve-se empreender precisamente uma leitura cuidadosa de *todos* os cadernos segundo a cronologia de redação” (BUTTIGIEG, 2003, p. 41, grifo do autor).

Segundo Schlesener (2007), a noção de hegemonia desenvolvida por Gramsci está articulada à concepção de Estado e de bloco histórico visto que permite compreender as características da “formação e reprodução das relações de poder” (SCHLESENER, 2007, p. 28) em determinado momento histórico. Segundo a autora,

[...] o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativo-burocrático e político militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder. (SCHLESENER, 2007, p. 28).

Dessa forma, por meio da hegemonia, determinado grupo consegue não apenas manter-se no poder, mas legitimar suas ações, as quais são assimiladas por toda a sociedade, principalmente pelos grupos subalternos. Segundo Gramsci (2002, p. 62), o critério metodológico sobre qual se assenta essa questão é que “[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”, pois, de um lado, visa dominar e “liquidar” “os grupos adversários”, mesmo que sob o uso da força armada; e, de outro, “dirige os grupos afins e aliados”. Nessa assertiva, reside a função exercida pela hegemonia.

Assim, o grupo hegemônico consegue sustentar-se no poder, mesmo que não tenha o controle sobre toda a sociedade; e, nesse caso, “[...] o conflito, a divergência de opiniões, as contradições sociais, os movimentos por um nova hegemonia, podem exigir o uso da força” (SCHLESENER, 2007, p. 29). A esse respeito, o pensador sardo já alertou que nos “[...] momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”, o grupo que exerce o poder utiliza do aparato estatal para assegurar “[...] ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente” (GRAMSCI, 2006, p. 21).

Na relação entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, aquele exerce influência não apenas no modo de vida destes, mas em seu modo de pensar e de entender as relações sociais, políticas e econômicas, contribuindo para o enfraquecimento do processo de luta por outra hegemonia. Isso ocorre em razão de que, na sociedade capitalista, o grupo dirigente detém os meios de produção e, conseqüentemente, dita as normas legais para a vida em sociedade. Nesse sentido, a hegemonia materializa-se no domínio e na direção exercidos pelo grupo dirigente e dá sustentação ao exercício do poder desse grupo, o qual exerce influência na elaboração da legislação e, conseqüentemente, no planejamento, na efetivação e na avaliação de políticas educacionais.

Por isso, a compreensão sobre como a hegemonia se dá no contexto capitalista se torna fundamental para a pesquisa sobre políticas destinadas ao setor educacional, visto que, nesse contexto, o Estado exerce sua função de educar as massas e “[...] adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades de contínuo desenvolvimento do

aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2007a, p. 23).

Fica evidenciado, nessas categorias teóricas, Estado e Hegemonia, que há uma correlação de forças entre grupos antagônicos, os quais se organizam e pautam suas ações a partir de realidades e de condições materiais distintas. De um lado, o grupo dirigente, vinculado àqueles que detêm o poder econômico e político, age para validar seu pensamento e suas ações por meio do consenso ou da coerção, colocando os grupos dirigidos em condição de subalternidade. De outro, os grupos dirigidos, que destituídos das condições materiais de existência, sobrevivem à exploração e à pressão ideológica imposta pelo grupo dirigente. Por isso, as relações de força, outra categoria essencial do pensamento gramsciano, evidenciam a problemática entre estrutura e superestrutura, desnudando a relação desigual que há entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que detêm a força de trabalho, relação permeada pela luta por manutenção ou transformação do *status quo*. Sobre isso, Gramsci alertou que, “[...] para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas [...]”, é preciso resolver “[...] o problema das relações entre estrutura e superestrutura” (GRAMSCI, 2007a, p. 36).

Nesse sentido, o pesquisador que se embrenha em determinada problemática e opera com o pensamento gramsciano precisa desvelar as relações de força existentes no objeto analisado e, para isso, necessita realizar estudo sobre a estrutura distinguindo “[...] os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)” (GRAMSCI, 2007a, p. 36). A esse respeito, convém ressaltar o seguinte alerta:

O erro que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário atuam mediamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. (GRAMSCI, 2007a, p. 37).

Por isso, o pesquisador precisa ter clareza sobre “[...] a distinção entre ‘movimentos’ e fatos orgânicos movimentos e fatos de ‘conjuntura’ ou ocasionais” (GRAMSCI, 2007a, p. 37), sob pena de cometer análises excessivamente doutrinárias ou ideológicas, as quais podem superestimar causas mecânicas ou exaltar elementos individualistas. Nesse caso, as paixões imediatas do pesquisador podem ser colocadas em evidência substituindo “a análise objetiva e imparcial”, podendo incorrer em “auto engano” (GRAMSCI, 2007a, p. 38).

O objeto analisado pelo pesquisador, não importa se vinculado ao avanço ou ao retrocesso político educacional de determinada realidade histórica, precisa ser desvelado tanto no foco da estrutura quanto da superestrutura, pois a relação entre elas evidenciará as relações de força existentes para que o objeto se manifeste na realidade concreta. Para a análise das relações de força evidenciadas em determinado momento histórico-político, Gramsci (2007a, p. 40) alerta que é preciso considerar diversos momentos, os quais se expressam na relação de forças sociais, das forças políticas e das forças militares.

O momento da “relação de forças sociais” expressa as contradições das “forças materiais de produção”, as quais estão estreitamente ligadas “[...] à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens” (GRAMSCI, 2007a, p. 40), visto que se manifestam na medida do desenvolvimento produtivo, o qual determina que cada grupo social exerça determinada função na cadeia produtiva. A compreensão da relação de forças sociais permite ao pesquisador verificar se há possibilidades de transformação da sociedade, ou seja, “[...] permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias [...]” nascidas no “terreno das contradições” do desenvolvimento produtivo (GRAMSCI, 2007a, p. 40).

O segundo momento, o da “relação das forças políticas” (GRAMSCI, 2007a, p. 40), permite avaliar o “[...] grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (GRAMSCI, 2007a, p. 40-41). Todavia, esse momento pode ser “[...] analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos de consciência política coletiva” (GRAMSCI, 2007a, p. 41), os quais podem ser identificados como: momento econômico-corporativo, movimento de solidariedade de interesses e movimento político. O primeiro, momento econômico-corporativo, é aquele em que ocorre uma “unidade homogênea do grupo profissional” sem que haja “unidade do grupo social mais amplo” (GRAMSCI, 2007a, p. 41), evidenciando interesses particularistas e econômicos de grupo específico<sup>5</sup>. O segundo momento, o da “solidariedade de interesses”, é aquele que expressa a consciência “[...] entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2007a, p. 41). O terceiro momento “[...] é aquele em que se adquire a consciência dos próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos” (GRAMSCI, 2007a, p. 41) evidenciando a hegemonia de um grupo sobre outro.

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformem em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos um combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2007a, p. 41).

É importante destacar, ainda, que as forças políticas ocorrem não apenas em âmbito local ou nacional, mas internacional, pois, “[...] uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (GRAMSCI, 2007a, p. 42).

Por fim, o terceiro momento das relações de força é aquele denominado de “relação de forças militares”, o qual ocorre pela pressão militar de uma nação sobre outra, podendo ocorrer por duas vias: militar em sentido estrito ou político-militar. A via militar pode ocorrer pelo aparato bélico de uma nação sobre a outra, enquanto a político-militar se dá pela presença de forças militares de apoio ou não para determinadas demandas políticas e sociais. No contexto das relações de força (sociais, políticas ou militares), é preciso considerar que as “[...] análises não podem e não devem ser fins em si mesmas [...]”, pois, “[...] só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade” (GRAMSCI, 2007a, p. 45).

Essas questões ficam também na compreensão sobre “bloco histórico” como expressão da reciprocidade e da organicidade entre estrutura e superestrutura, ou conforme esclarece Schlesener (2007, p. 27), como “[...] vínculo concreto entre ‘as forças materiais e as ideologias’, entre o ‘econômico-social e o ético-político em cada momento histórico’”. A esse respeito, Gramsci (2004, p. 250) esclarece que “[...] a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo conjunto das relações sociais de produção”. Nesse sentido, a concepção de bloco histórico expressa que “[...] as forças materiais

---

<sup>5</sup> Isso pode ser evidenciado, segundo Gramsci (2007a), na solidariedade de um comerciante com outro comerciante, de um fabricante com outro fabricante, mas não há solidariedade enquanto grupo social. No campo da educação, isso pode ser observado na luta de professores da Educação Básica pública por melhores condições de trabalho, sem que haja uma compreensão sobre o grupo social mais amplo dos professores (professores das escolas privadas, do ensino superior público e privado) ou das condições de trabalho do trabalhadores em geral.

são o conteúdo e as ideologias são a forma [...]”, mas estas não são separáveis, visto que “[...] as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2004, p. 238). Para o autor:

É no interior do bloco histórico que se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico, bem como se esclarece a função dos intelectuais como organizadores da hegemonia. (SCHLESENER, 2007, p. 28).

As discussões desenvolvidas por Gramsci sobre Estado, hegemonia, relações de força e bloco histórico ajudam o pesquisador do campo da educação a compreender que, na análise das situações político-educacionais, há uma série de questões envolvidas e que estas não podem ser analisadas de forma isolada, pois a materialidade da política educacional expressa o resultado contraditório dos embates travados por diferentes sujeitos, seja na defesa de interesses individualistas ou coletivos.

Por último, e não menos importante, outro pressuposto é o **compromisso com o processo revolucionário**, qual seja, a superação da sociedade dividida com vistas à possibilidade da instauração de uma sociedade assentada nos princípios de liberdade, de igualdade e de justiça social. Nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida precisa estar em conexão com a realidade social, política e econômica, explicitando suas contradições e indicando novos caminhos, sempre que for possível.

Por isso, a análise de políticas educacionais tem como pano de fundo a compreensão crítica da realidade, explicita a luta por hegemonia evidenciada na realidade pesquisada e contribui para que alternativas possíveis para a superação das desigualdades sejam visualizadas. Nesse sentido, a pesquisa assume seu caráter revolucionário, pois, ao explicitar as contradições, contribui para a análise coletiva da realidade vivida e se torna combustível para as transformações possíveis. Ao analisar as relações sociais e seus determinantes políticos, culturais e econômicos, a pesquisa sobre políticas educacionais expõe os mecanismos utilizados para o exercício do poder e as forças antagônicas em disputa, além de oferecer instrumentos para fortalecer a discussão e a luta por igualdade, liberdade e justiça social, pois consegue dessa forma atingir “[...] finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 2004, p. 103). Aqui reside a essência do processo revolucionário, visto que:

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) e a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. (GRAMSCI, 2004, p. 103-104).

Assim, a pesquisa realizada sob os pressupostos gramscianos não apenas analisa o fato para atingir objetivos estabelecidos previamente, mas desvela as relações não explícitas que compõem a realidade em toda a sua complexidade. Desse modo, a pesquisa avança para além de um resultado político-prático, tornando-se, também, uma contribuição filosófica da realidade, visto que supõe “[...] uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real” (GRAMSCI, 2004, p. 104).

Ao chegar ao final, a pesquisa colabora para a compreensão do fato investigado em toda a sua complexidade, auxilia pesquisadores e estudantes da área no entendimento das contradições analisadas e contribui para que novos estudos sejam realizados, pois as contradições permanecem e se modificam expressando interesses de grupos antagônicos em cada momento histórico, visto

que “[...] se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto” (GRAMSCI, 2004, p. 174). Por isso, toda pesquisa precisa estar “[...] ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 174) e, nessa perspectiva, a superação da sociedade dividida em classes é uma necessidade e uma possibilidade histórica que não pode ser preterida por pesquisadores desse perfil teórico-prático.

## A atualidade do pensamento de Antonio Gramsci

*O único entusiasmo justificável é aquele que acompanha a vontade inteligente, a operosidade inteligente, a riqueza inventiva em iniciativas concretas que modificam a realidade existente.*

Antonio Gramsci (2004, p. 257).

Antonio Gramsci nasceu na Sardenha, região mais pobre da Itália, viveu sob condições materiais limitadas em razão da situação econômica familiar, as quais foram esvaídas devido à prisão do pai. No entanto, foi um estudante brilhante, que se destacou com escritas de profunda reflexão sobre as condições vividas<sup>6</sup>. Quando jovem, aproximou-se dos círculos socialistas e, para subsidiar sua permanência na Universidade, tornou-se jornalista e escritor; publicou textos para serem consumidos diariamente (nesses textos, faz inferência à situação social, política e econômica não apenas da Itália, mas também do contexto europeu). Durante o período em que esteve no cárcere, fez um plano de estudos, o qual denominou de “*fiur ewig*” (algo para sempre). Diz ele, em carta de 19 de março de 1927, que gostaria de se ocupar “intensa e sistematicamente de alguns temas” que o “absorvessem e centralizassem” sua “vida interior” (GRAMSCI, 2005a, p. 128).

Quando morreu, em 27 de abril de 1937, Gramsci não podia ter a menor ideia de que esses apontamentos carcerários, que ocupam cerca de 2.500 páginas impressas, tornar-se-iam uma das obras mais influentes, comentadas e discutidas do século XX. Nenhuma área do pensamento social – da filosofia à crítica literária, da política à sociologia, da antropologia à pedagogia – ficou imune ao desafio posto pela publicação póstuma dessa obra de Gramsci. (COUTINHO, 2004b, p. 8).

Atualmente, Gramsci é “[...] o pensador italiano mais lido e traduzido no mundo” (COUTINHO, 2011, p. 13) e influencia intelectuais das mais variadas áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas. A introdução do pensamento gramsciano no Brasil data, contraditoriamente, ao período mais rígido da história política brasileira, conforme apontado por Secco (2002). Segundo o autor:

A recepção das ideias gramscianas consolidou-se, de fato, na conjuntura que se abriu nos estertores dos anos de 1960, quando os primeiros livros de Gramsci foram editados. Desde 1975, aproximadamente, ocorreu um *boom* gramsciano no Brasil, acompanhando o crescimento das discussões italianas e internacionais e do número de títulos sobre Gramsci. Nos anos 1980 houve uma dispersão do interesse pelos conceitos gramscianos. Ele tornou-se referência na historiografia, pedagogia, religião, jornalismo, estudos literários, etc. (SECCO, 2002, p. 96).

O fato da recepção do pensamento gramsciano no Brasil deve-se, segundo Coutinho (2011, p. 13), em razão de que seus conceitos “[...] nos ajudem a compreender importantes características da nossa particularidade histórica”. Tais conceitos, que foram desenvolvidos ao longo de sua

---

<sup>6</sup> Segundo Coutinho (2004a), o primeiro texto de Gramsci que chegou até nós é um trabalho escolar, provavelmente escrito em 1910, *Oprimidos e Opressores*, quando frequentava o último ano da escola média, no Colégio Dettori de Cagliari. Esse texto foi escrito a partir de uma proposta de redação sobre o Colonialismo e os povos oprimidos e já demonstra aproximação com o pensamento de Karl Marx, lido “por curiosidade intelectual” (GRAMSCI *apud* FIORI, 1979, p. 71).

trajetória pessoal e política, marcam a relação intrínseca com a história da época. Por isso, o filósofo húngaro Georg Lukács, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, publicada em 24-25 de agosto de 1969, alertou que:

Gramsci é um pensador de excepcional interesse e sua influência foi, sem dúvida, muito fecunda. Penso, entretanto, que não se deve buscar nêle um elenco de respostas prontas para os problemas do presente. Para ser corretamente avaliado, Gramsci precisa ser situado historicamente, precisa ser compreendido no seu meio, na sua situação. (ENTREVISTA..., 1969, p. 2).

Nesse sentido, convém advertir que o pensamento de Gramsci, embora atual e importante para a análise dos fatos presentes, precisa ser situado historicamente, para que não seja interpretado como doutrinário ou metafísico, pois, como diz Nosella (2008, p. 14): “Gramsci é fundamentalmente uma testemunha crítica da história em que vive, faz anotações e observações sobre os fatos do dia-a-dia, ao longo dos anos e dos dias, reflete sobre a aventura do homem no século XX em busca da justiça e do socialismo”. Isso evidencia que Gramsci realizava suas análises sempre ligadas à realidade com vistas à sua transformação radical. Esse é a principal contribuição do pensamento gramsciano.

Dessa forma, não há receita previamente estabelecida para a utilização do seu pensamento na análise de fatos investigados, mas seu pensamento auxilia na compreensão do presente de forma a desnudar as contradições existentes. Essas contradições precisam ser apreendidas em sua totalidade, analisadas em suas peculiaridades e, ao final, contribuir para pensar nova forma de vida para todos.

Segundo Secco (2002, p. 96), Gramsci “[...] é hoje, um clássico não só do marxismo, mas do pensamento político” e, com o processo de globalização, seu pensamento fomenta o debate sobre as relações internacionais. Suas anotações sobre Estado, relações de força, bloco histórico e hegemonia tornam-se fundamentais para o entendimento sobre as contradições nacionais e internacionais que ocorrem no plano político, social e econômico.

Nas décadas iniciais do século XXI, o mundo foi assolado por processos migratórios em que grupos de indivíduos buscam novas alternativas de vida em razão das guerras, perseguição racial e religiosa, fome e pobreza. Essa realidade mundial faz emergir análises que evidenciam como países hegemônicos comandam e controlam a organização social mundial, como as relações de força se materializam nas relações internacionais, como os Estados-nação se mobilizam para o enfrentamento da questão e como os grupos subalternos podem e devem envidar forças para a superação das desigualdades vividas. O pensamento de Antonio Gramsci para a interpretação dessa realidade e para a construção de alternativas possíveis nunca foi tão necessário.

Além dessas questões globais, no âmbito nacional, a luta por hegemonia também se faz presente no interior do Estado, evidenciando a correlação de forças de grupos antagônicos que lutam para solidificar o bloco histórico. No caso brasileiro, no campo da educação, há uma série de propostas legislativas e ações governamentais que buscam marcar o domínio e indicar a direção para a formação de estudantes voltada aos interesses do capital. Desnudar tais proposições é uma tarefa hercúlea, a qual se torna menos penosa quando iluminada pelo pensamento de Antonio Gramsci.

## Considerações finais

*Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais “avançado” quem se coloca do ponto de vista de que o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como momento subordinado, na sua própria construção.*  
Antonio Gramsci (2004, p. 333).

A discussão sobre o desenvolvimento de pesquisa científica sob a luz do pensamento gramsciano é muito fecunda no atual momento histórico mundial, visto que os processos hegemônicos se mostram cada vez mais explícitos nas relações individuais e coletivas. A pesquisa científica não fica isenta das contradições e das lutas antagônicas ocorridas no seio social.

Por isso, o texto apresentado procurou oferecer subsídios teóricos para a compreensão sobre as contribuições dos escritos do pensador sardo Antonio Gramsci, para o desenvolvimento de análises sobre políticas educacionais em diversos contextos. O campo da política educacional é complexo e evidencia interesses diversos, e desvendar tais interesses é um dos objetivos do pesquisador, o qual se mostra nos resultados das pesquisas científicas.

Antonio Gramsci escreveu muitos textos, alguns ainda sem tradução para a língua portuguesa, os quais são lidos e auxiliam na análise político-social em todo o mundo. Todavia, o que ficou salientado é que o pensador teve uma profunda preocupação em compreender a realidade de sua época e pensar novas formas de vida para os sujeitos. Por isso, seu pensamento é amplo e apresenta reflexões em diversas áreas, as quais contribuem para a compreensão ampliada da realidade não apenas aquela vivida por ele, mas a realidade atual, visto que as categorias teóricas por ele organizadas ultrapassam o tempo histórico em que foram desenvolvidos e avançam para o presente e para apontar possibilidades futuras. Nesse sentido, seu pensamento não está circunscrito ao tempo e ao espaço italiano fascista, mas se torna atual por meio das categorias desenvolvidas, as quais ultrapassam a realidade vivida por Antonio Gramsci.

A investigação da realidade social e política em sua complexidade histórica, o conhecimento e o domínio de algumas categorias gramscianas e o compromisso com o processo revolucionário são pressupostos essenciais a serem observados pelo pesquisador que se embrenha nesse campo teórico. Sem o atendimento a esses pressupostos, a pesquisa padece de clareza e de compromisso teórico, fato que pode culminar em amarra metodológica, o que pode comprometer o percurso e os resultados da pesquisa científica.

O desenvolvimento de pesquisas no campo da política educacional torna-se mais profícuo quando iluminado por teoria que orienta a compreensão da realidade e sua transformação. É isso que o pensamento gramsciano faz com radicalidade.

## Referências

- BUEY, F. F. Gramsci no mundo de hoje. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 27-38.
- BUTTIGIEG, J. A. Educação e Hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-49.
- COUTINHO, C. N. Introdução. In: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. p. 11-31.



COUTINHO, C. N. Introdução. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. p. 7-45.

COUTINHO, C. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DEL ROIO, M. **Os prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

ENTREVISTA de Georg Lukács a Leandro Konder. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24-25 ago. 1969. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1969/08/24.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface**, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 635-646, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300014>

FIORI, F. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GERMINO, D. Interpretando Gramsci. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-137.

GRAMSCI, A. Armênia [1916]. Tradução de Ana Paula Schlesener. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 24, p.13-15, jan./abr. 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, p. 1-20, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230034>

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 99-103.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. V. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. p. 199-285.

NOSELLA, P. **Antonio Gramsci para educadores**: antologia organizada por Paolo Nosella. São Carlos: UFSCar, 2008.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil**: recepção e difusão de suas ideias. São Paulo: Cortez, 2002.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

VEREDITO em o Crime do silêncio: genocídio armênio. Tradução Sossi Amiralian. São Paulo: Zoryan Institute, 2011.

*Recebido em 29/03/2020*

*Aceito em 31/04/2020*

*Publicado online em 04/05/2020*